

RESUMO SIMPLES - APRESENTAÇÃO ORAL - GT1 - SAÚDE MENTAL NA
UNIVERSIDADE

**SUPERDOTAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS PARA A SAÚDE
MENTAL E A IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA POLÍTICA NACIONAL DE
INCLUSÃO**

Cristiane Da Silva Stabenow (cristabenow@hotmail.com)

Bianca Ribeiro Rocha Ferreira (biancaferreira1@hotmail.com)

Shirlena Campos De Souza Amaral (shirlena@uenf.br)

A superdotação constitui uma forma divergente de ser no mundo que, devido à heterogeneidade dos perfis apresentados, não comporta definição exclusivamente por número de QI ou produtividade (Ribeiro, 2025). Estudos sobre altas habilidades ou superdotação (AH/SD) ainda são escassos e, em sua maioria, concentram-se na educação de crianças (Stabenow e Ferreira, 2026), enquanto as publicações oficiais do sistema educacional brasileiro permanecem fortemente direcionadas à educação básica. Nesse contexto, observa-se expressiva invisibilidade dos estudantes universitários com AH/SD, com possíveis impactos em suas trajetórias pessoais, acadêmicas e na saúde mental (Pérez-Barrera e Moreira, 2025). Esta pesquisa objetiva analisar os desafios relacionados à saúde mental de estudantes universitários brasileiros com AH/SD diante da recente instituição da Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação. Para alcançar tal finalidade, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa. Os dados disponíveis indicam que o número de matrículas de estudantes identificados com superdotação no ensino superior público e privado

permanece subestimado, correspondendo a porcentagens entre 0,003% e 0,04% no período de 2017 a 2023 (Pérez-Barrera e Moreira, 2025). Entre as principais vulnerabilidades identificadas no contexto educacional, destacam-se a assincronia desenvolvimental, o processamento atípico de estímulos sensoriais e aspectos relacionados às dimensões cognitivas, emocionais e sociais. Tais condições podem produzir dificuldade de adaptação e intensificar situações de sofrimento psíquico, especialmente quando não acompanhadas de práticas institucionais adequadas de identificação, acolhimento e acompanhamento (Vazzoler-Mendonça, Luciano, Rondini, 2022; Pérez-Barrera e Moreira, 2025; Ribeiro, 2025). Nesse cenário, destaca-se a Lei nº 15.436, de 17 de junho de 2026, que instituiu a Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação e estabeleceu diretrizes voltadas à identificação, ao atendimento educacional especializado, ao desenvolvimento especializado, ao desenvolvimento integral e à inclusão plena desses estudantes no sistema educacional brasileiro, incluindo aqueles que apresentam dupla excepcionalidade (Brasil, 2026). Embora a nova legislação represente importante avanço no reconhecimento dos direitos desse público, sua efetivação no ensino superior demanda a construção de práticas institucionais capazes de contemplar não apenas o desempenho acadêmico, mas também as dimensões emocionais, sociais e de saúde mental. Conclui-se que a implementação da política nacional constitui oportunidade para que as instituições de ensino superior avancem na identificação, no acolhimento, no acompanhamento e na inclusão de estudantes AH/SD, superando concepções estereotipadas de superdotação e promovendo condições educacionais que favoreçam seu desenvolvimento integral e a promoção da saúde mental.

Palavras-chave: altas habilidades ou superdotação; saúde mental; ensino superior; inclusão; neurodivergência.